

## **O GIGANTE ADORMECIDO: A UTOPIA REPUBLICANA NA IMPRENSA LIBERAL DO FINAL DO SÉCULO XIX**

### **RESUMO**

O artigo objetiva tratar do caráter utópico do discurso republicano brasileiro que circulou na imprensa periódica, entre o final do século XIX e início do XX. O corpo documental desse trabalho compreende duas revistas paranaenses, a Revista do Clube Curitibano (1890-1912) e A Escola (1906-1910). A opção por tais fontes ocorreu em razão de ambas apresentarem um núcleo de comum de colaboradores, fato que garante a detecção de rupturas e continuidades discursivas acerca da república e dos modos como viabilizá-la. O corpo de colaboradores dessas revistas era composto por agentes entendidos aqui como “atores linguísticos”, expressão de John Pocock (2003) que designa os que operam como articuladores da linguagem de uma época, visando à defesa de interesses, ideias e valores.

**Palavras-chave:** República brasileira, imprensa periódica, utopia nacional.

**ABSTRACT****THE SLEEPING GIANT: THE REPUBLICAN UTOPIA IN THE LIBERAL PRESS OF THE LATE 19TH CENTURY**

This article aims to examine the utopian aspect of the Brazilian republican discourse spread by the periodical press between the late 19th century and the early 20th century. The documentary corpus of this work comprises two journals from Paraná, *Revista do Clube Curitibano* (1890-1912) and *A Escola* (1906-1910). This selection takes into account the fact that both journals shared a common core of contributors, which ensures the detection of discursive disruptions and continuities regarding the republic and how it could be facilitated. The group of contributors to these journals consisted of agents understood here as “political actors in discourse”, a concept developed by John Pocock (2003) to identify those who operate as language articulators of an era to promote certain interests, ideas, and values.

**Keywords:** Brazilian republic, periodical press, national utopia.

**RESUMEN****EL GIGANTE DORMIDO: LA UTOPIA REPUBLICANA EM LA PRENSA LIBERAL DE FINALES DEL SIGLO XIX**

El artículo pretende abordar el carácter utópico del discurso republicano brasileño que circuló en la imprenta periódica, entre finales del siglo XIX y principios del XX. El corpus documental de esta obra comprende dos revistas de Paraná, la *Revista do Clube Curitibano* (1890-1912) y *A Escola* (1906-1910). La elección de dichas fuentes se produjo porque ambas presentan un núcleo común de colaboradores, hecho que asegura la detección de rupturas y continuidades discursivas sobre la república y las formas de hacerla viable. El grupo de colaboradores de estas revistas estaba compuesto por agentes entendidos aquí como “actores lingüísticos”, expresión de John Pocock (2003) que designa a quienes operan como articuladores del lenguaje de una época, con el objetivo de defender intereses, ideas y valores.

**Palabras clave:** República de Brasil, prensa periódica, la utopía nacional.

## INTRODUÇÃO

“O gigante adormecido”. Tal alcunha para o Brasil se reveste de uma utopia: a ideia de que o país pode vir a ser um gigante, ou seja, uma potência política, econômica e social. O que nos chama a atenção é que essa expressão tão popular tem, no mínimo, um século de existência. Ela esteve presente nos discursos de escritores, literatos e jornalistas brasileiros, entre a passagem do século XIX para o XX. Desde aquela época, idealizavam um grande futuro para a nação, projetando a utopia de uma república livre que ainda estava por ser despertada.

Este trabalho visa contribuir com reflexões sobre a construção do ideário republicano no Brasil. Buscaremos apresentar novos dados sobre o tema, coletados a partir de periódicos que circularam no Paraná e que têm sido analisados há dez anos, em uma pesquisa sobre a intelectualidade e a imprensa desse estado. O contexto paranaense, portanto, compõe nosso estudo de caso. Entendemos que a análise do discurso utópico republicano que se difundiu nesse estado pode contribuir para a compreensão do ideário republicano em âmbito nacional<sup>1</sup>.

Entre os periódicos aqui analisados estão a *Revista do Clube Curitibano (1890-1900)*<sup>2</sup> e a revista *A Escola (1906-1912)*<sup>3</sup>. Escolhemos as duas revistas por apresentarem um núcleo de colaboradores em comum. A revista *A Escola* apresenta um grupo menor e remanescente da revista anterior, cujos integrantes possuem trajetórias convergentes e se reuniam em torno da mesma instituição, o Clube Curitibano, conhecido por seus ideais abolicionistas e republicanos<sup>4</sup>.

O corpo de redatores e colaboradores dessas duas revistas era composto por literatos, jornalistas e professores cuja maioria é autora de artigos, obras e publicações que lhe conferiram destaque local e nacional. Tais agentes são entendidos aqui como “atores linguísticos”, expressão de John Pocock (2013) que designa os que operam como articuladores da linguagem de uma época, visando à defesa de interesses e à expressão de

determinadas ideias e valores. Foram, portanto, mediadores da cultura de sua época, desempenhando, a um só tempo, os papéis de atores e testemunhas do contexto por eles vivenciado.

No Paraná, as ideias republicanas começaram a ser difundidas a partir do litoral, por meio de alguns periódicos que circularam entre as décadas de 1870 e 1880.<sup>5</sup> Naquela época, a cidade portuária de Paranaguá e os núcleos urbanos próximos receptavam as novas ideias e discursos que chegavam via porto, especialmente advindos de São Paulo. Nesse estado, por sua vez, houve intensa disseminação do ideário republicano, muito em razão do desenvolvimento econômico propiciado pela produção de café (Corrêa, 2006).

Do litoral paranaense, as ideias republicanas não tardaram a avançar o planalto de Curitiba e, logo, consolidaram-se na capital. Com a Declaração Republicana Paranaense, em 1881, e a criação do Clube Republicano de Curitiba, em 1885, o republicanismo foi institucionalizado e ganhou força à medida que angariou novos adeptos nos setores médios da população. Entre esses estavam jornalistas, escritores e bacharéis. Alguns desses letrados graduados em centros de fora do estado, como a Faculdade de Ciências Jurídicas de São Paulo.

Naquele contexto, Curitiba apresentava alguns centros de educação secundária, mas nenhuma faculdade. Tornou-se, então, um costume entre determinados segmentos da população local custear os estudos dos jovens em centros de ensino superior fora do Paraná, como a Faculdade de São Paulo. Segundo Elisabeth Seraphim Prosser (2004) essa instituição atuou como uma grande difusora de ideias como o abolicionismo e o republicanismo entre os filhos das elites letradas brasileiras, especialmente do sul e sudeste do país. Conforme explica a autora, “os jovens bacharéis, de retorno às suas províncias, nos seus afazeres profissionais, na sua militância política, tornaram-se arautos e propagadores da nova ideologia” (Prosser, 2004, p. 52).

Esse foi o caso de parte dos escritores das revistas analisadas. Ao regressarem à Curitiba, tais agentes

constituíram uma intelectualidade difusora de ideias abolicionistas, liberais, democráticas, anticlericais e, principalmente, republicanas.

A respeito desse ideário republicano que se formou no Paraná, consideramos a hipótese de se tratar de um movimento de caráter eminentemente utópico, uma vez que não identificamos, em nossa análise, os contornos de um claro projeto político. A república defendida pelos discursos da época era libertária e antioligárquica em termos ideais. Pouco se discutia como isso seria colocado em prática. Não havia propriamente um projeto, mas antes, um ideal a ser concretizado em um futuro que não se sabia precisar.

Nos anos imediatamente seguintes à Proclamação de 1889, os ideais não foram tão logo alcançados, e a República foi delineada aos poucos, em sua cotidianidade, nas relações entre elite e população, nas suas instituições reformadas herdadas do império e em sua precária economia. Dessa maneira, no pós-1889 uma situação totalmente adversa do pretendido pelos republicanos acometeu o país.

Voltamos, então, à hipótese de que a República, menos que um projeto político, assumiu os contornos de uma “utopia nacional”. Para melhor entendê-la podemos tomar como base a categoria discutida por Isaiah Berlin (1991), em sua obra em que discorre sobre as utopias do Ocidente. Segundo ele, as utopias nacionais – emergiram em diferentes partes do mundo, após a ascensão das descolonizações e dos nacionalismos. Foram representadas por movimentos que ansiavam pela igualdade entre as nações e que se diziam a voz de povos que foram insuficientemente reconhecidos, desejosos de serem considerados no rol entre as culturas do mundo (Berlin, 1991, p. 205-8).

Conforme veremos a seguir, a utopia republicana se justapõe a essa categoria em razão de seu forte apelo nacionalista e, mais ainda, progressista, que ansiava para o Brasil o papel de grande nação entre as demais. Era redencionista no sentido de pretender resgatar o país de uma história de exploração colonial e anoni-

mato para o inserir no repertório da história mundial. O ideal republicano apresentava uma conotação salvacionista, concebendo o Brasil como um gigante que logo então despertaria para sua missão entre as mais ricas nações do mundo.

A seguir buscaremos discutir algumas passagens e conclusões que esclarecem as nuances dessa utopia republicana nacional. Em seguida, iremos tratar do contexto imediatamente posterior à Proclamação, de alguns dos ideais não concretizados, da antiutopia dos governos militares e da precária economia. Finalizaremos o presente discutindo aquela que fora uma das estratégias mais claras, traçada pelos escritores dos periódicos em análise, no sentido de resguardar a manutenção do regime republicano no país.

## A UTOPIA NACIONAL REPUBLICANA

A República representou, segundo os discursos em análise, a evolução política, social e econômica. Era a garantia do ingresso do Brasil no “mundo civilizado” que o igualaria às demais potências mundiais. O novo regime seria aquele que nos abriria “na vanguarda do progresso, um caminho verdadeiramente amplo [ao] píncaro de todas as grandezas patrias” (Anônimo, 1890, *Revista do Clube Curitibano*, p.1-2).

Essa perspectiva encontra-se fundamentada na obra de determinados teóricos europeus como Auguste Comte. Suas ideias apresentam uma clara concepção de progresso diretamente associado à racionalidade e à ciência. Em seu estudo sobre as sociedades, Comte elaborou uma lei única do desenvolvimento humano. Conhecida como a Lei dos Três Estados, ela pressupõe estar a humanidade inserida em um processo evolutivo dividido em estágios (Bourdé & Martin, 1983).

A premissa comtiana, que permeou alguns dos discursos em análise, remete-nos à crença de que havia uma natureza permanente e hierárquica da humanidade e as diferenças entre as sociedades deveriam ser analisadas como diferenças de ritmo, diferentes graus de desenvolvimento ao longo de um mesmo processo. A partir

desse princípio, o lugar do Brasil, enquanto potência mundial, estava por ser conquistado.

Além do progresso nacional, são comuns passagens de enaltecimento da amplitude do território do Brasil, de suas riquezas naturais, da índole do seu povo e de outros fatores que reafirmam o país enquanto uma nação potencialmente desenvolvida. Em algumas passagens, encontramos a premissa de que o Brasil poderia vir a ser o “celeiro do mundo”, fato que lhe reservaria a hegemonia entre as nações. A vida agrícola passou a ser vista, desde então, como a base da fortuna nacional e mundial. De acordo com o ideário da época, cada país tinha uma função na ordem mundial. O Brasil seria aquele a “salvar” o mundo das crises de carência de alimentos tão profetizadas na época, como a enunciada por Thomas Malthus.

O progresso agrícola era um aspecto importante da dita utopia pois se, por um lado, poderia garantir o progresso econômico e político, por outro, seria o elemento transformador da realidade paupérrima da maior parte da população campesina. Para essa, daria uma finalidade, qual seja, a de uma classe produtiva, alfabetizada e, principalmente, eleitora.

Outro aspecto interessante dessa utopia é a crença de que a ascensão do país rumo aos mais altos degraus da civilização teria se iniciado a partir de uma sequência de eventos históricos. Cada evento corresponderia a uma etapa desse processo, iniciado com a Independência do Brasil, seguido pela abolição da escravidão e que culminou na Proclamação da República. Assim, esses três eventos compõem uma narrativa que se inicia com a “libertação” do país de seu passado colonial e se finaliza com a instauração da República, representando o todo do progresso brasileiro.

Dessa opinião partilhavam vários escritores, como Dario Vellozo, que afirmou categoricamente que “o 15 de Novembro nada mais foi que a consequência do 13 de Maio!” (Vellozo, 1891, *Revista do Clube Curitibano*). Tais etapas remontavam à “epopéia brasileira: – [que] surgiu das brumas do levante o 13 de maio; esse dia que

deveria subsistir dous annos e que teminou com o 15 de Novembro de 1889 [...]” (Anônimo, 1890, *Revista do Clube Curitibano*, p. 3).

Outro evento significativo para a utopia republicana em questão foi a Revolução Francesa. Sabemos da evidência que esse marco assume em diferentes análises historiográficas, especialmente, no que tange à questão republicana no Brasil. Igualmente, consideramos a questão francesa um aspecto importante da utopia nacional a que estamos nos referindo, justamente, porque explicita a faceta mais utópica de seu ideário: volta-se ao passado para se traçar um grande futuro à nação. A Revolução surge como o episódio que deu origem à democracia, libertando os povos do ocidente da monarquia:

foi a Tempestade que produziu raios como [...] Danton e Marat; [A revolução] foi o sol radiante que ora illumina e illuminará as consciencias das gerações presentes e futuras e foi o diluvio que inunnudou de bens a humanidade, produzindo a grandiosa conquista da Democracia! (Editorial, 1891, *Revista do Clube Curitibano*, p. 1).

Na esteira dessa utopia republicana, manteve-se a noção de império e de monarquia como símbolos de decadência. Por essa razão, o antigo regime era visto como a representação do atraso, do privilégio e da corrupção. Em outro artigo da comemoração do primeiro aniversário da República, indagava-se:

Qual é o brasileiro que no dia de hoje não sente em seu coração as mais fervorosas alegrias por vêr a sua patria livre da carunchosa monarchia que por espaço de muito annos trouxe-nos o atrazo e o servelismo!! (Anônimo, 1890, *Revista do Clube Curitibano*, p. 2).

A palavra *servilismo* nos chama a atenção aqui por expressar a antítese do que aqueles escritores almejavam, ou seja, a independência no sentido político do termo, sem precisarem estar subordinados ao favori-

tismo e aos laços de compadrio que, em tese, seriam abolidos na época republicana.

Além da ideia do progresso social e econômico brasileiro – cujas principais bases teóricas advinham do positivismo – os ideais republicanos também estiveram calcados em teorias europeias, cuidadosamente analisadas e justapostas. Se por um lado a utopia republicana tinha uma intecção declaradamente liberal e, mesmo, libertadora dos laços e da mentalidade coloniais, por outro, revestia-se de um conservadorismo e autoritarismo velados, no tocante à população brasileira de modo geral.

Atraíam o interesse de escritores e pensadores do período aquelas teorias que tratavam de explicar socialmente o fenômeno das massas e do comportamento dos indivíduos em sociedade. As teorias de maior destaque entre esses letrados eram aquelas que conciliavam o almejado progresso republicano com existência das desigualdades sociais, legitimando as relações entre povo e elite. Havia certa urgência de se pensar racionalmente a questão das classes consideradas “menos prósperas” e “menos civilizadas” da nação.

Os discursos da época pressupunham que, naquele momento, em que as nações “travavam acirrada luta pela sobrevivência”, não havia lugar para a indolência ou desordem social, fenômenos diretamente associados às massas pauperizadas que cresciam nos centros urbanos do país. Considerava-se fundamental que cada indivíduo contribuísse, ao seu modo, para o engrandecimento nacional.

Do mesmo modo, não havia a intenção, por parte dos republicanos aqui mencionados, em sanar as desigualdades sociais. Previam que elas deveriam ser concebidas e respeitadas como diferenças “naturais” entre os indivíduos, ou ainda, como distinções inatas. Em momento algum, a utopia republicana concebeu a democracia como sinônimo de “igualdade de classes”. Conforme se defendia, as sociedades humanas não eram homogêneas, tal como ocorria com o mundo natural, e, cada um dos segmentos sociais possuía uma função específica que lhe fora predestinada naturalmente.

Algumas passagens dos periódicos em análise citam as ideias de Herbert Spencer para respaldar essa perspectiva. O autor foi um dos primeiros a definir, em termos evolucionistas, o desenvolvimento das sociedades humanas. Considerava que os indivíduos, com o passar do tempo, sofrem modificações em sua natureza em um processo de contínua evolução. De acordo com essa premissa, uma mesma sociedade é formada por pessoas que se encontram em diferentes graus de desenvolvimento (Hawthorn, 1982, p. 99).

Outra vertente que corroborou com o evolucionismo spenceriano foi designada como darwinismo social. Bastante distinta da teoria original de Charles Darwin, tornou-se conhecida por conceber as sociedades como organismos submetidos às mesmas leis naturais que regem a natureza como um todo, especialmente no que tange à luta e à competição dos indivíduos pela sobrevivência. A partir dessa perspectiva, a vida social seria uma luta sem trégua mediada pela lei que, naturalmente, selecionaria os mais aptos (Oliveira, 1990, p. 67).

Tais teorias, quando são citadas e comentadas em alguns trechos dos periódicos, revelam-nos o aparente paradoxo desse pensamento utópico, composto: por um lado, de um hino à liberdade dos povos e à democracia; por outro, de uma visão socialmente desigual e autoritária. Essa contradição, conforme analisa José Murilo de Carvalho (1990, p. 17-18), foi bastante oportuna para aqueles que estavam preocupados com a garantia da liberdade individual. E, com ela, preocupados, também, com os direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião e de religião.

Em relação à população, as camadas mais ricas e letradas passaram a temer a vida nas cidades em expansão que abrigavam diferentes segmentos da população. Ainda segundo Carvalho (1990, p. 17-18), nesse contexto, o liberalismo adquiriu “um caráter de consagração da desigualdade, de sansão da lei do mais forte”.

Esse autoritarismo irá se revelar, especialmente, na necessidade do segmento letrado da população em guiar o país, encaminhando seu povo ao esclareci-

mento e ao desenvolvimento. Havia uma grande preocupação daqueles que se consideravam “mais aptos” em conferir um destino ao povo brasileiro de modo a fazer com que o Brasil avançasse no seu lento processo de “despertar”.

Após a instauração da República brasileira diferentes conflitos eclodiram em território nacional, dentre eles guerras, insurreições, revoltas e tentativas de golpes. Na esteira desse processo, o grupo de letrados buscou compreender as massas, os levantes e as insurreições como um meio de controlá-las e de modificar a situação em nome do novo regime. Daí a nascente necessidade desses escritores em guiar a população em geral rumo ao seu progresso moral e civilizatório.

### **DISTOPIA: OS ANOS SEQUINTE À PROCLAMAÇÃO**

A instauração da República não significou, em absoluto, a transformação das relações políticas e das redes de influência que atuavam no poder público. A liberdade política, tão almejada pelos idealizadores republicanos, não se realizou. A maioria da população manteve-se destituída de seu direito ao voto especialmente em razão do analfabetismo. Mulheres, clérigos ou soldados também não votavam. Como afirma Carvalho (1987), a República teria representado muito pouco em termos de expansão dos direitos políticos e civis.

Além disso, como já mencionamos, o período imediatamente posterior à Proclamação foi marcado por uma grande instabilidade. Havia dificuldade em se manter a unidade territorial diante de grupos que brindavam a uma diversidade cultural que não cabia nos moldes republicanos positivistas. Essa diversidade, a disputa das oligarquias pelos poderes regionais, a não aceitação do novo regime por uma parcela da população, tudo contribuiu para a instabilidade da República recém-instaurada. O contexto do primeiro decênio após a Proclamação do novo regime foi permeado por conflitos em diferentes pontos do território brasileiro, tais como a Revolta da Armada (1893), a Revolução Federalista (1893) e a Insurreição de Canudos (1897).

No entanto, nas revistas em análise, encontramos passagens que apresentam o contrário, isto é, um enaltecimento do processo de mudança de regime, sem haver menções quanto aos conflitos. Segundo alguns artigos, a República havia sido instaurada por meio de uma “revolução pacífica”, dentro da ordem, diferentemente do que ocorrera com outras nações europeias ou americanas. Ao afirmar isso, esses escritores desejavam legitimar o novo regime porque acreditavam que proporcionaria mudança a longo prazo.

Outro aspecto a nos chamar a atenção nos discursos diz respeito ao Governo Provisório e à ditadura por ele instituída. O Decreto n. 1, datado de 15 de novembro, proclamava provisoriamente o governo ditatorial e decretava a República Federativa, passando o país a se intitular Estados Unidos do Brasil.

Era evidente a inspiração estadunidense do projeto inicial. Entretanto, esse projeto nada tinha de comum com a República que se instalou no Brasil, já que essa fora instituída a partir de um governo ditatorial regido pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Como explica Murilo de Carvalho (1990, p. 21), a ditadura republicana era um dos princípios defendidos pelos positivistas brasileiros, já que Auguste Comte o havia considerado como um governo de salvação nacional. O bom ditador comtiano seria aquele que bem conduzisse as massas. Admitida por positivistas, a ditadura era igualmente aceita por alguns dos republicanos brasileiros mais radicais, como Silva Jardim. Para esse grupo, o ditador era a encarnação da vontade coletiva, sem que fosse necessária a eleição formal para legitimá-lo (Carvalho, 1987, p. 47).

Legítima tanto para positivistas como para republicanos radicais, a ditadura do Governo Provisório fora saudada em muitas das passagens das revistas em análise. Na *Revista do Clube Curitibano*, Marechal Deodoro é concebido como mito nacional, responsável por haver livrado o Brasil do “polvo monstro” da monarquia (Editorial, 1890, *Revista do Clube Curitibano*, p. 1). Nos anos iniciais da revista, não foram encontradas menções contrárias à ditadura de Deodoro, apenas, a favor.

No entanto, um dos redatores das revistas, Leôncio Correia em sua obra intitulada *Barão do Sêrro Azul* (1942), posterior àqueles anos iniciais da República, teceu considerações a respeito desse entusiasmo político. Como em uma espécie de revisão do período, reitera que houve a adesão maciça à ditadura republicana por vários setores da população. No entanto, o autor considera tal adesão um “despudor”, uma vez que esse governo fora instituído pela força, anulando, assim, toda a luta republicana, suas “ideias, sentimentos, tradições, compromissos sagrados da honra cívica!” (Correia, 1942, p. 73).

Modismo político e grande aceitação pública da instauração de uma ditadura: essa foi a conclusão de Leôncio Correia ao olhar para seu passado e de seus pares. Segundo ele, não houve preocupação dos republicanos em relação à anulação dos princípios de liberdade tão almejados inicialmente, e, a forma ditatorial de governo não representou, conforme se entendeu na época, um entrave ao progresso preconizado à República.

Afora esse entusiasmo político, a consolidação das novas instituições republicanas deu-se por um tenso processo de reformulação. No plano financeiro, a situação apresentou graves problemas decorrentes dos tempos imperiais. O governo republicano herdara uma dívida externa que consumia grande parte do saldo da balança comercial ano a ano (Fausto, 2009, p. 147). Essa situação era decorrente da política do Encilhamento que se iniciou no final do Império. Sob a justificativa de estimular a industrialização, os ministros da Fazenda do Império, Visconde de Ouro Preto e Rui Barbosa, adotaram uma política baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos por farta emissão monetária. Essa política continuou sendo seguida à risca pelo Governo Provisório, o que ocasionou uma intensa febre especulativa nas principais capitais do país.

Nessa época, foram abertos cassinos, casas de corrida e de jogo do bicho. Em uma de suas cartas publicadas na *Revista do Clube Curitibano*, o escritor Francisco Ribeiro de Azevedo de Macedo faz uma menção ao contexto, ao visitar o bairro da Penha em São Paulo.

Azevedo afirma nunca ter visto “tanto dinheiro em movimento. [...]. Quantidade enorme de roletas, de jaburus, de búzios e de todas as mais qualidades de jogos – ali fervem em um reboliço infernal. Todo o mundo vae à Penha com intenção de voltar argentário [...]” (Macedo, 1892, *Revista do Clube Curitibano*, p. 5).

As consequências dessa euforia financeira não tardaram e incidiram justamente no cotidiano da população resultando no aumento da inflação e do custo de vida. Como explica José Murilo de Carvalho (1987, p. 20), o aumento da inflação e a queda do câmbio encareceram ainda mais os produtos de importação que, na época, abrangiam quase tudo. Na *Revista do Clube Curitibano*, o aumento do custo não passou despercebido, e, reclamou-se que “[...] aquilo que antigamente custava 10, hoje só se pode adquirir por 20, sendo que o principal motor da enorme diferença é o sr. Cambio [...]. Tudo subiu! (Anônimo, 1891, *Revista do Clube Curitibano*, p. 5). Em um tom pessimista, o autor conclui que “vae o cambio influindo sobre o necessario a vida [...] estamos ameaçados de um futuro lugubre e tetrico”.

Assim, aos poucos, aqueles que inicialmente saudaram a República como se fosse a resolução para todos os problemas nacionais passaram a repensar seus posicionamentos, já que apenas o novo regime não garantiu o engendramento do progresso nacional. Do contrário, acabou desencadeando uma série de problemas de ordem econômica, política e social.

Em fins de 1891, Marechal Floriano Peixoto assumiu o Governo Federal, e, mobilizou esforços no sentido de centralizar o poder e intervir na economia para conter a crise econômica. Buscou a todo custo “purificar” as instituições políticas, nomeando homens de sua confiança para cargos públicos de destaque, além de perseguir opositores políticos. Aos poucos, adquiriu prestígio por parte dos grupos de letrados, políticos e profissionais liberais e, tornou-se um mito, reunindo, em torno de si, um grande grupo de seguidores. Era considerado o demolidor da ordem estamental do Império, o modernizador e moralizador da República. Como descreve Leôncio Correia em sua revisão:



Em lugar de Deodoro tinha de vir outro para a nova fase, que se abria. E esse outro veio tão completo tão digno, tão admirável, que se diria [...] um predestinado, [...] para a missão sacratíssima de reanimar as gerações abatidas, de reacender nelas a centelha do ideal e da vida.[...] (Correia, 1942, p. 73).

Florianos suscitou um grande entusiasmo político e uma parte de seus seguidores formaram o “florianismo”, descrito na obra de Ângela Alonso (2002, p. 137). Segundo a autora, tal movimento assumia um caráter mais radical do republicanismo, ressaltando os contornos da própria identidade republicana, marcada pelo intenso nacionalismo e pela moralização na política.

Mesmo com a chegada de Floriano ao poder, ainda assim, os princípios republicanos que deram origem ao movimento permaneceram distantes da realidade. Se a República representou, em termos ideais, uma nova realidade ao país com a extinção de muitos males brasileiros, foi frustrada em seus primeiros anos. Evidentemente que apenas a instauração do novo regime – sem estratégias de políticas públicas significativas – não garantiria a liberdade, a paz e a justiça almejadas por aqueles escritores. A realidade nacional apresentou-se bem mais complexa do que o esperado. Não fora possível a “transposição” do modelo estadunidense de República para o Estado brasileiro em decorrência de problemas estruturais em diferentes esferas.

O novo regime acabou desencadeando um processo caótico de reforma das antigas instituições imperiais. As eleições eram eventos que beiravam a calamidade pública. Conforme periódicos de época, decretava-se estado de sítio durante as primeiras eleições para governador, marcadas por uma violência explícita, evidenciada nas armas de fogo, jagunços e currais eleitorais.

Até aquele momento, não havia estrutura política para garantir a ocorrência pacífica e, até mesmo, adequada das eleições. Então, nos primeiros dez anos que seguiram após a Proclamação, “o novo regime esvaziara rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas.” (Sevcenko, 1983, p. 87).

A morte de Floriano Peixoto, em 1895, foi outro episódio emblemático, que motivou o afastamento de vários entusiastas republicanos da seara política partidária. Além dele, a Revolução Federalista foi especialmente impactante no Paraná, provocando um trauma social que claramente se revela nos artigos e na linha editorial da *Revista do Clube Curitibano* (Marach, 2014). O conflito armado – que fez alguns dos escritores do periódico irem para o campo de batalha como soldados – é expresso em uma nova linguagem e numa nova fase da revista. A experiência da guerra passou a figurar de maneira implícita, por meio de poemas simbolistas, conferindo ao periódico intensa sensibilidade. Acreditamos que essa literatura expressou o período pós-revolucionário, momento em que a censura e o mal-estar deixado pela revolução ainda pairavam sobre as cidades paranaenses. Nas palavras de Dario Vellozo (1897, *Revista do Clube Curitibano*, p. 3) “a revolução vibrou-nos violentamente o organismo, acordando-nos sentimentos nobres e indignos, há muito sustados no coração Brasileiro. [...]”.

Como consequência, aquele grupo de literatos distanciou-se do âmbito político partidário – fato que pode ser entendido como uma clara desilusão com a República – e, voltou-se à literatura para tratar, por meio de poemas, as angústias daquele tempo. Também, procurou fazer de tal instância um meio capaz de afastar a população dos retrocessos que a impediam de avançar rumo ao seu desenvolvimento moral e social.

## A EDUCAÇÃO COMO PROJETO

Passados os primeiros anos após a Proclamação de 1889, aqueles republicanos que se reuniram em torno da *Revista do Clube Curitibano* organizaram um novo periódico. Expressão de uma fase mais madura do pensamento republicano no Paraná, a revista *A Escola* passou a circular em 1906, com o principal objetivo de apresentar um projeto educacional republicano. Por meio desse periódico, passa a ser delineado um plano mais efetivo e menos utópico para o progresso brasileiro e, sobretudo, para o desenvolvimento social. Com tal projeto, surgiam diretrizes mais precisas de políticas

públicas e sociais, e, tais políticas visaram incidir, basicamente, sobre a educação do povo.

A partir de então, o ensino passou a ser uma pauta frequente dos debates, entendido como um “problema complexo e intenso” (Editorial, 1910, *A Escola*, p. 126). Junto ao corpo de redatores da revista, personalidades políticas, artísticas, mestres e doutores eram convidados a discutir naquelas páginas sobre diferentes assuntos educacionais.

A leitura de pensadores estrangeiros, aliada a uma série de transformações que despontavam nas principais cidades brasileiras, direcionou o corpo de redatores de *A Escola* para a crença no potencial transformador e civilizatório da educação. Entendiam que tal instância poderia ser a solução para os males republicanos, especialmente no que se referia à massa populacional que permanecia à margem da vida política e da cidadania.

Acreditou-se que somente a instrução teria tamanho impacto sobre a vida cotidiana da população, capaz de livrá-la da ignorância e de inseri-la no prosaetrio da vida pública. Além disso, poderia conferir moralidade, a partir de normas de conduta bem definidas, aprendidas desde a tenra infância. Essa “civilidade” pretendida para o povo estava atrelada à intenção de “educar crianças no sentido de formar homens de caracter, dignos, aptos, enérgicos, resolutos, conscientes, para, com vantagem, aos luctadores de hoje, sucederem os de amanha; em suma, aperfeiçoar o indivíduo para aperfeiçoar a coletividade” (Macedo, 1907, *A Escola*, p. 67).

A própria experiência travada nos campos de guerra, no contexto da Revolução Federalista, fez com que os escritores já mencionados rechassem qualquer experiência que remetesse a revoluções, insurreições e conflitos. A guerra, para eles, deveria ser dada não pelo conflito armado, mas por estratégias políticas. A educação, para o grupo de *A Escola*, seria a única instância “capaz de trazer a fortuna e alegria almeçadas, substituindo os canhões pelas machinas, os quartéis pelas oficinas” (Leão, 1908, *A Escola*, p. 76). A vitória na luta pela sobrevivência dos povos seria concedida

aos que domassem seus impulsos pela razão, civilizando-se. E, seria a educação e a instrução públicas que capacitariam a nação brasileira a concorrer pela vida e a hegemonia global futuras.

Ademais, esse projeto republicano apresentou uma nova concepção de educação que se diferenciou daquela vigente em tempos imperiais. Se durante o Império, os segmentos mais abastados da população tinham seus representantes se formando bacharéis e doutores, na República nascente havia um apelo para formar a população para profissões consideradas “utilitárias”. Nos discursos da revista *A Escola*, essa designação nomeia profissões que tinham aplicação prática e direta na geração de riquezas para nação. Entre tais profissões estavam, por exemplo, a de agricultor, pecuarista e aquelas ligadas à indústria.

Assim, a concepção de escola defendida pelos escritores do periódico em análise não deveria servir ao propósito de ascensão e de afirmação do posicionamento social. Consideravam que a maior riqueza é aquela que se produzia coletivamente para o bem nacional. A escola, portanto, deveria ser concebida como núcleo cívico em que seria ensinado o necessário para fazer do indivíduo um cidadão defensor da nação, especialmente, por meio de seu trabalho. Desejava-se despertar a juventude das escolas para a importância das profissões práticas, formando jovens aptos a angariar a própria subsistência e lutar pelo progresso nacional.

É nesse contexto de enaltecimento das profissões ditas “utilitárias” que ganham destaque, na revista *A Escola*, o papel do agricultor e as estratégias para o desenvolvimento moral e intelectual da população campesina. Conforme analisado em trechos anteriores, o quadro populacional do início do regime republicano apresentou uma série de problemas de ordem estrutural. O desamparo econômico e social em que se encontrava a maior parte da população se agravava com a sua invisibilidade política e a dificuldade de conquistas de direitos. A massa pauperizada que crescia nas cidades ganhou contornos maiores após a extinção legal da escravidão. Como referência a esse contexto,

*A Escola* publicou artigos que estimulavam a vida no campo e a produtividade das atividades agrícolas. Para fixar os agricultores à terra, consideravam necessário fornecer-lhes “o necessário estímulo intelectual e moral para fazel-os amar o campo, nelle conservar-se e por elle fazer o maximo esforço” (Anônimo, 1908, *A Escola*, p. 39).

Outros discursos tratam da vida no campo como algo idílico e apontam as virtudes do trabalhador rural, tal como sua honradez, simplicidade e saúde. Viver no campo proporcionava “o temperamento adquirido em contacto com o ar livre, a vivacidade do sangue arterial, a grande coragem, a jovial energia dos corpos e espiritos sadios [...]” (Anônimo, 1908, *A Escola*, p. 39).

Pressupostos como esses vieram ao encontro de projetos que defendiam a criação de escolas agrônomicas em todo o país. No periódico em análise, alguns escritores se antecipavam em definir que nessas escolas do campo a educação deveria ser menos teórica e mais prática e elementar, de modo que os trabalhadores fossem preparados às carreiras rurais “da mesma forma que o ensino profissional elementar das cidades preparara para as profissões industriais” (Anônimo, 1910, *A Escola*, p. 228).

Conforme se defendia, a educação agrícola, na função de “suggerir á maioria dos alumnos a escolha da profissão de agricultor, constitue, por certo, o que pode haver de mais bello, attrahente, edificante nas lides escolares, como os subsídios valiosos para a educação moral, intellectual e physica” (Macedo, 1907, *A Escola*, p. 67).

Esse ensino era considerado o que poderia haver de melhor para educar moralmente a juventude, visto que por meio dele

mostra-se a recompensa dos esforços humanos pela colheita que a terra proporciona. Crea-se o gosto pela vida simples do campo. Inculca-se os habitos de regularidade e de boa ordem, acostumando os rapazes a limpar e recolher as ferramentas logo depois do trabalho. Ensina-se a economia em tudo, habituando os alum-

nos a não deixarem perder nenhum resíduo. (Macedo, 1910, *A Escola*, p. 288).

Uma das primeiras conquistas do projeto de ensino agrícola em âmbito nacional foi mencionado em *A Escola* quando, por um decreto, ficou estabelecida a criação de um Instituto Agrônomico Nacional no sudeste do país. O decreto também menciona a subvenção do governo para estabelecimentos de educação agrícola regionais.

Com o incentivo governamental, a partir do final do ano de 1907, começaram a surgir centros agrônomicos regionais em vários pontos do país. A criação de alguns deles é noticiada em *A Escola* como exemplos a serem seguidos. Dentre esses centros, é citada a Escola Luiz de Queiroz, em Piracicaba. Em Belo Horizonte, por sua vez, foi reorganizado o Instituto João Pinheiro, uma escola agrícola modelo, para “meninos desamparados”.

A revista *A Escola* também faz menção à criação de outros estabelecimentos semelhantes, como no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

Esses discursos que ressaltam a importância da educação agrícola para a República brasileira não desapareceram com a extinção da revista, em 1910. Do contrário, tornaram-se uma permanência no pensamento educacional das décadas posteriores do século XX, sendo a ideia legitimada em 1928 pela Associação Brasileira de Educação, segundo Marta Chagas de Carvalho (2003, p. 55).

Desse modo, aquele ideário republicano inicial passa a ser reelaborado para constituir um plano claro de política públicas que visaram à educação e à instrução popular. Havia a crença de que essa instância poderia garantir o sucesso da consolidação da República, formando cidadãos. É de surpreender que a concepção de educação apregoada pelos escritores de *A Escola* pretendeu formar o cidadão, menos para a fábrica, que para a lavoura. Ao serem promovidas as maravilhas da vida idílica do campo, tinha-se em mente garantir a fixação da população nas áreas rurais evitando o acúmulo populacional nas cidades. E, por suposto, a

população campesina deveria ser instruída, regulada e coordenada de modo a produzir garantindo a geração de riquezas e o abastecimento.

Importa salientar, também, que o projeto educacional apresentado em *A Escola* esteve imbuído de diferentes facetas que não apenas a do ensino agrônômico. A revista, que se afirmou porta-voz de uma “educação moderna”, defendia diferentes princípios educacionais tidos como “atuais” e “inovadores” para o contexto da época. O periódico também primou pela organização e arregimentação dos professores públicos do estado, sendo pioneiro nesse aspecto. Promoveu a criação e a consolidação do primeiro órgão de professores públicos no Paraná e o primeiro congresso da classe, em 1910. Tal evento rendeu ao grupo de *A Escola* ampla difusão de suas ideias e reconhecimento público. Sua legitimação também ocorreu no âmbito do aparelho administrativo do Estado, cujos cargos referentes à instrução pública foram ocupados por parte daqueles escritores. Alguns dos seus pressupostos defendidos foram consolidados a partir de políticas públicas que impactaram no cotidiano da população, como foi o caso da criação de institutos e escolas agrônômicas em pontos diferentes do Estado.

## CONCLUSÃO

No presente artigo, propusemo-nos a analisar os discursos presentes em dois periódicos, a *Revista do Clube Curitibano* (1890-1912) e *A Escola*, que circularam em Curitiba, no Paraná, entre o final do século XIX e início do XX. Neles, encontramos um rico material que nos permite identificar a concepção dos escritores das duas revistas com relação ao discurso utópico republicano, bem como a defesa de seus interesses, seus objetivos principais e suas preocupações frente à sociedade de época. Ao longo da análise, verificamos que as primeiras ideias que configuram o que chamamos de utopia republicana sofreram uma profunda transformação após os primeiros anos do novo regime. A eclosão de conflitos militares, a instabilidade dos primeiros mandatos, a morte de Floriano Peixoto e as grandes desigualdades sociais e políticas provocaram mudanças

significativas no modo como a República fora pensada pela intelectualidade do período. No grupo de escritores analisados aqui, reunidos em torno dos periódicos já mencionados, os ideais republicanos foram reconduzidos para estratégias que viabilizassem a efetivação do novo regime no Brasil. A principal estratégia encontrada pelo grupo foi a promoção de uma concepção de educação que visava à organização, à instrução e ao letramento da população brasileira. Também, primou pela produtividade dessa população, garantindo que ela servisse a um bem maior, que seria o desenvolvimento econômico da nação. Nesse contexto, surgem os discursos que enaltecem o potencial agrícola brasileiro e a necessidade de se educar, preparar e organizar a população campesina para a produção de alimentos e para a geração de riquezas. Dessa maneira, conforme a concepção da época, o engendramento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro estaria garantido e seria capaz de levar o país a ocupar um papel de destaque no cenário mundial, “despertando-o” enquanto potência.

## NOTAS

- 1 Ao longo do presente artigo, optamos por referenciar as passagens dos periódicos que constituem nossa fonte de análise destacando o nome da revista e seu ano de publicação de modo a tornar claro para o leitor o contexto enunciativo dos discursos aqui citados.
- 2 A *Revista do Clube Curitibano* foi porta-voz da instituição de mesmo nome cujo propósito era o desenvolver a cultura local e de reunir parte da intelectualidade da época em torno de questões culturais e políticas. Ao longo de uma década de circulação desse periódico, encontravam-se em suas páginas as principais ideias debatidas no meio letrado paranaense. Dentre seus colaboradores estavam Agostinho Ermelino de Leão, Dario Vellozo, Emiliano e Júlio Pernetta, Leôncio Correia, Silveira Neto, Antônio Braga, Sebastião Paraná e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. Cabe destacar que a revista teve uma breve no biênio de 1911-1912, com uma linha editorial mais polêmica, apresentando assuntos como questões feministas críticas em relação ao governo e à sociedade de época. Tal fase não foi analisada no presente artigo em razão de o corpo editorial do periódico ser composto por um grupo de colaboradores diferente das fases anteriores.
- 3 A revista *A Escola* constituiu-se no porta-voz da primeira agremiação de professores públicos do Paraná e foi organizada por um núcleo de escritores e professores que já publicava seus textos na *Revista do Clube Curitibano* e participava dos sarais e eventos da instituição. Nas páginas de *A Escola* é possível localizar os principais aspectos suscitados em torno da questão educacional e republicana no início do século XX.
- 4 No que diz respeito ao republicanismo no Paraná, pode-se afirmar que tanto o Clube Curitibano quanto sua revista mantiveram estreitas relações com esse movimento político. A análise do teor republicano dessa revista contou com o suporte da pesquisa realizada por

Amélia Siegel Corrêa (2006), que tratou dos periódicos republicanos paranaenses e da consolidação do movimento no estado, especialmente na capital.

- 5 Entre tais periódicos, citamos o *Operário da Liberdade*, de Guilherme Leite; *O Povo*, de Rocha Pombo e o *Livre Paraná*, todos do litoral paranaense.

## FONTES DOCUMENTAIS

- Anônimo (1890). 13 de Maio. *Revista do Clube Curitibano*, (9), 3.
- Editorial (1890). Um anno. *Revista do Clube Curitibano*, (1), 1.
- Anônimo (1890). 15 de novembro de 1890. *Revista do Clube Curitibano*, (21), 1-2.
- Anônimo (1890). 15 de Novembro. *Revista do Clube Curitibano*, (21), 2.
- Vellozo, D. (1891). *Revista do Clube Curitibano*, (8), 3.
- Editorial. (1891) Secção Litteraria. *Revista do Clube Curitibano*, (12), 1.
- Anônimo (1891) Sobre a Inflação e o Cambio. *Revista do Clube Curitibano*, (19), 5.
- Macedo, A. (1892) *Revista do Clube Curitibano*, (17), 5.
- Vellozo, D. (1897). *Revista do Clube Curitibano*, (9), 5.
- Editorial. (1910). *A Escola*, (1-3), 126.
- Macedo, F. R. A. (1907) *A Escola*, (6-7), 67.
- Leão, E. (1908) *A Escolam* (2), 76.
- Anônimo (1908). *A Escola*, (1), 39.
- Anônimo (1910). *A Escola*, (1-3), 228.
- Anônimo (1907). *A Escola*, (6-7), 69.
- Macedo, F. R. A. (1910). *A Escola*, (7-12), 288.

## REFERÊNCIAS

- Alonso, A. (2002). *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- Balhana, A. P. et al. (1991). *Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná.
- Bega, M. T. S. (2001). *Sonho e invenção no Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Berlim, I. (1991). *Limites da utopia: capítulo da História das Ideias*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Bourdé, G. & Martin, H. (1983). *As escolas históricas*. Porto: Publicações Europa-América.

Carvalho, J. M. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Corrêa, A. S. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. (2006). Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Disponível em: <https://acervo-digital.ufpr.br/handle/1884/6053>

Correia, L. (1945). *Barão do Sêrro Azul*. Curitiba: Edição Dr. Dicesar Plaisant.

Fausto, B. (2009). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp.

Hawthorn, G. (1982). *Iluminismo e desespero: uma história da sociologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pocock, J. G. A., Miceli, S. (2013). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp.

Oliveira, L. L. (1990). *A questão nacional na Primeira República*. Brasiliense: São Paulo.

Prosser, E. E. (2004). *Páginas escolhidas: 150 da criação política do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial.

Sevcenko, N. (1983). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

Sirinelli, J. F. (2003). Os intelectuais. In: Rémond, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Marach, C. (2014) A literatura como via de construção nacional: o contexto curitibano no periódico posterior à Revolução Federalista (1890-1900). *Revista História e Cultura*, 3 (1), 70-89, Doi: <http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v3i1.1186>

Carvalho, M. M. C. (2003) *A escola e a república e outros ensaios*. Gragança Paulista: Edusf.

## A AUTORA

Caroline Baron Marach é doutora em História pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Educação pela mesma instituição. Especialista em História do Brasil, com foco no período republicano. Atua como docente do curso de Licenciatura em História pela Faculdade Educacional da Lapa. Também atua no campo editorial, como editora e autora de coleções de materiais didáticos destinados ao ensino de História, Filosofia e Ciências Humanas.  
ORCID: 0000-0003-3279-7432.  
E-mail: [carolmarach@gmail.com](mailto:carolmarach@gmail.com)

